

TRADUÇÃO

Carta sobre o tema do Discurso do senhor J.-J. Rousseau sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens

(*Mercure de France*, Edição de outubro de 1755)¹

*Tradutor: André Queiroz de Lucena*²

Introdução

Em 1754, depois do sucesso do *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, Rousseau disputa novamente o prêmio da Academia de Dijon, cujo tema exigia a resposta para a seguinte questão: “*Qual a origem da desigualdade entre os homens e será ela permitida pela lei natural?*”. A resposta de Rousseau é conhecida como o *Segundo Discurso* (em continuidade àquele primeiro) ou, ainda, *Discurso sobre a Desigualdade*. Assim, neste *Segundo Discurso*, perante as referências à autoridade jusnaturalista (Lei Natural) exigidas pela Academia, a resposta rousseauiana afirma-se crítica à tradição, sustentada por Grotius e Pufendorf e a filosofia hobbesiana. Com efeito, de um lado, Rousseau rejeita o ideal da sociabilidade e da Lei Natural, sustentado tanto pela tradição antiga quanto pelo jusnaturalistas modernos e, de outro, opõe o estado de isolamento ao estado de guerra de todos contra todos, exposto no *Leviatã*.

Ao optar pelo paradoxo – a opinião que vai de encontro ao senso comum – como já havia procedido no *Primeiro Discurso*, o novo *Discurso* de Rousseau suscita novas réplicas. A Carta de *Philopolis* (o “Amigo da cidade”, pseudônimo de Charles Bonnet, conterrâneo genebrino de Rousseau), publicada em outubro de 1755, versa consecutivamente (1) sobre o mal-empregado e paradoxal talento literário de Rousseau; (2) o tema da Sociabilidade, ao qual

¹ Trata-se de uma edição compilatória das edições do *Mercure de France*, disponível na web, via “*Google Recherche de Livres*” <https://books.google.fr/>. Atestamos que é uma obra de domínio público em efeito da sua antiguidade, conforme assinala a fonte originária: « *Ce livre étant relativement ancien, il n'est plus protégé par la loi sur les droits d'auteur et appartient à présent au domaine public* ». Os itálicos da tradução seguem o da versão original.

² Doutorando em Filosofia pela Unifesp. E-mail: aqlucena@hotmail.com

vai somar-se à tradição atacada no *Discurso*: de fato, corrobora Philopolis, “a sociedade está na destinação do nosso ser”; (3) e questiona o conceito de Piedade do *Discurso*. Assim, o objetivo de Philopolis nessa breve carta (que o filósofo responde, aliás, para reafirmar os princípios do *Discurso*), será reafirmar, com uma escrita seca e nem sempre clara, os pontos tradicionais da Filosofia contra os paradoxos rousseauianos e defender, pela evocação de Pope e Leibniz, uma concepção providencialista do mundo, oposta àquela suscitada pelo “*espírito melancólico*” de Rousseau.

Carta sobre o tema do Discurso do senhor J.-J. Rousseau sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens

Eu venho, senhor, da leitura do *Discurso* do senhor Jean-Jacques Rousseau de Genebra *sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Admirou-me o colorido desse estranho quadro; mas não pude admirar, igualmente, o seu propósito e a sua representação. Atribuo importância aos méritos e aos talentos do senhor Rousseau e felicito Genebra, que é também a minha pátria, de contá-lo entre os homens célebres dados ao mundo: lamento, entretanto, que ele tenha adotado ideias que parecem opostas à verdade e tão pouco próprias a torná-los felizes.

Muito escreveremos provavelmente contra o novo discurso, como muito foi escrito contra aquele que ganhou o prêmio da Academia de Dijon: e porque já se escreveu bastante, muito se escreverá ainda contra o senhor Rousseau, ele pagará caro por um paradoxo em que se envolveu. Para mim, que não tenho nenhuma vontade de escrever um livro contra o senhor Rousseau e estou bastante convencido que a disputa é de, todos os meios, aquele que menos pode sobre esse gênio ousado e independente, limito-me a propor-lhe a aprofundar um raciocínio muito simples que me parece referido ao que é mais essencial na sua questão.

Aqui segue o raciocínio.

Tudo o que resulta imediatamente das *faculdades* do Homem não pode ser dito resultante de sua *natureza*? Ora, eu creio que foi demonstrado muito bem que o *estado de sociedade* resulta imediatamente das faculdades do homem; e não tenho a intenção de alegar outras provas a nosso sábio autor que as suas próprias ideias sobre o estabelecimento das

sociedades; ideias engenhosas e que ele com elegância expressou na segunda parte do seu Discurso. Se, portanto, o *estado de sociedade* decorre das faculdades do homem, ele é natural ao homem. E será, então, tão insensato se queixar que estas faculdades ao se desenvolverem criaram este estado, quanto seria reclamar que Deus deu ao homem tais faculdades.

O homem é tal qual exige o lugar que ele deve ocupar no Universo. Foram necessários aparentemente homens que construíssem cidades, como foram necessários castores que construíssem suas cabanas. Esta *perfectibilidade* da qual o senhor Rousseau faz consistir o caráter que distingue eternamente o homem do bruto, devia da própria confissão do Autor, ao conduzir o homem ao ponto que o conhecemos em nossos dias. Querer que não fosse dessa forma seria querer que o homem não fosse homem. A águia que se perde entre as nuvens, rastejará na poeira como a serpente?

O Homem Selvagem de M. Rousseau, este homem que deseja com tanta complacência não é, portanto, o Homem que Deus quis fazer: mas Deus fez os *orangotangos e os macacos* que não são homens.

Quando, portanto, o senhor Rousseau declama com tanta veemência e obstinação contra o *estado de sociedade*, ele se eleva sem pensar contra a vontade daquele que fez o homem, e que ordenou este estado. Os fatos são algo além do que a expressão desta vontade adorável?

Quando, com o pincel de um Le Brun, o autor traça perante os nossos olhos a medonha pintura dos males produzidos pelo estado civil, ele esquece que o planeta onde se vê estas coisas fazem parte de um Todo imenso que não conhecemos completamente; mas que sabemos ser a obra de uma Sabedoria Perfeita.

Assim, renunciemos para sempre à quimérica tarefa de provar que o homem seria melhor se fosse de outra forma: a abelha que constrói célula tão regulares irá querer julgar a fachada do Louvre? Em nome do bom senso e da Razão, tomemos o homem tal qual o é com todas as suas dependências: deixemos ainda o mundo como está; e estejamos seguros que ele vai tão bem quanto poderia estar.

Se tratasse de justificar a Providência aos olhos dos homens, *Leibniz e Pope* o fizeram; e as obras imortais destes gênios sublimes são os monumentos elevados à glória da Razão. O

Discurso do senhor Rousseau é um monumento elevado ao espírito, mas ao espírito melancólico e descontente de si mesmo e dos outros.

Quando nosso Filósofo quiser consagrar suas luzes e talentos à descortinar a origem das coisas e nos mostrar os desenvolvimentos mais ou menos lentos dos bens e dos males; em uma palavra, a seguir a humanidade na curva tortuosa que ela descreve, as tentativas desde gênio original e fecundo poderão nos proporcionar conhecimentos preciosos sobre estes temas interessantes. Nós nos apressaremos então a compilar esses conhecimentos e a oferecer ao Autor o tributo de reconhecimento e de elogios que lhes são merecidos, e que não terão sido, tenho certeza, o principal fim das suas pesquisas.

Existe motivo, senhor, para se estar surpreso e eu ficaria ainda mais surpreso, se eu tivesse disso chamado à refletir sobre as fontes da diversidade de opiniões existentes entre os homens. E há, eu digo, motivo para surpreender-se que um escritor que conheceu tão bem as vantagens de um bom governo e que tão bem as retratou em sua bela dedicatória à nossa República, no qual acreditou ver todas essas vantagens reunidas, perdeu-as tão cedo e tão perfeitamente em vista do seu Discurso. Fazemos esforços inúteis para persuadir que um escritor que seria, sem dúvida, furioso por não o termos considerado sagaz, prefira seriamente ir passar sua vida entre os animais, se sua saúde o permitir, a viver em meio dos seus concidadãos queridos e dignos de sê-lo. Jamais presumiríamos que um escritor que pensa avançaria em um século tal qual o nosso este estranho paradoxo que guarda uma grande loucura inconsequente, para nada dizer de mais forte? “*Se a natureza nos destinou a sermos sãos... o homem que medita é um animal depravado*”.

O objetivo dessa carta não é provar ao senhor Rousseau por argumentos, que muitos outros farão sem mim, e que talvez façam melhor acerca da superioridade do estado civil sobre o estado do *homem selvagem*; quem imaginaria que isso seria colocado em questão! Minha meta é unicamente tentar fazer sentir ao nosso autor o quanto suas queixas contínuas são superficiais e deslocadas: e como é evidente que a *sociedade* está na destinação do nosso ser.

Tenho falado ao senhor Rousseau com toda a franqueza que a relação de compatriota autoriza. E tenho uma grande ideia das qualidades do seu coração. Apenas ditou-me o amor da verdade. Se, portanto, fazendo-o, tenha escapado qualquer coisa que ofendeu ao senhor

Rousseau, rogo que possa perdoar-me e que esteja persuadido da pureza das minhas intenções.

Direi apenas mais uma palavra: sobre a *piiedade*, esta virtude celebrada por nosso autor e que, segundo ele, é o mais belo apanágio do homem na infância do mundo. Eu peço, senhor Rousseau, que reflita bem sobre as seguintes questões: um homem, ou qualquer ser *sensível*, que não tenha jamais conhecido a dor, teria piedade e ficaria comovido à vista de uma criança que foi degolada? Por que a população, ao qual o senhor Rousseau, atribui uma grande dose de piedade, se satisfaz com tanta avidez sobre espetáculo de um infeliz expirando na rua? O *afeto* que as fêmeas têm pelos seus pequeninos, tem como objeto seus filhotes ou a mãe? Se por acaso fosse ela, o bem-estar dos filhotes não estaria tão bem assegurado.

Tenho a honra de ser, etc...

Philopolis, Cidadão de Genebra. Em Genebra, 25 de Agosto de 1755.